

36° edital de convocação



PPP-ECOS PAISAGENS
PRODUTIVAS
ECOSSOCIAIS

Edital Cerrado



*Prazo para envio de propostas:
Até às 18h do dia 03/04/2023*

Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN
www.ispn.org.br

SGP The GEF
Small Grants
Programme



ISPN
INSTITUTO SOCIEDADE,
POPULAÇÃO E NATUREZA

PPP-ECOS – PROMOÇÃO DE PAISAGENS PRODUTIVAS ECOSSOCIAIS

EDITAL CERRADO

CHAMADA PARA PROJETOS NAS PAISAGENS PRIORITÁRIAS DO BIOMA CERRADO DA SÉTIMA FASE
OPERACIONAL DO PPP-ECOS/GEF

Prazo final para apresentação de propostas	até às 18:00 do dia 03/04/2023
Valor total do Edital	US\$ 756,600

Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN
SHCGN CLR Quadra 709 Bloco "E" Loja 38, CEP 70.750-515, Brasília-DF
Brasília/DF: (61) 3327-8085
Santa Inês/MA: (98) 3653-9783
ispn.org.br
instituto@ispn.org.br

SUMÁRIO

1. Lista de siglas	5
2. Apresentação	6
3. Paisagens prioritárias	7
4. Objetivos e temas do Edital	7
5. Recursos do Edital	10
6. Metodologia de seleção dos projetos	10
7. Elegibilidade.....	11
8. Critérios de seleção.....	12
9. Composição do orçamento do projeto	13
10. Contrapartida	13
10.1. Itens financiáveis	14
10.2. Itens não financiáveis.....	14
11. Responsabilidades financeiras, técnicas e ambientais.....	15
12. Apresentação da proposta.....	15
12.1. Prazos do processo seletivo do PPP-ECOS	16
13. Procedimentos de contratação e liberação dos recursos.....	16
14. Monitoramento	17
ANEXO A - Roteiro para apresentação de propostas.....	18
Anexo 1. Plano de Trabalho.....	26
Anexo 2. Indicadores do Projeto	27
Anexo 3. Orçamento do Projeto	28
Anexo 4. Cronograma de Atividades	29

ANEXO B – Resumo das estratégias de atuação nas paisagens prioritárias do projeto “Sétima Fase Operacional do PPP-ECOS no Brasil” - Alto Vale do Jequitinhonha, MG e Cerrado do Oeste Baiano, BA.....	30
ANEXO C – Mapas das paisagens.....	39

1. Lista de siglas

ABC - Agência Brasileira de Cooperação

ACCFC - Associação Comunitária dos Pequenos Criadores dos Fechos de Pasto

APIB - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil

ASA - Articulação do Semiárido Brasileiro

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAV - Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica

CGN - Comitê Gestor Nacional do PPP-ECOS

CNS - Conselho Nacional das Populações Extrativistas

CT - Câmara Técnica

CTA - Coordenação Técnico-Administrativa do PPP-ECOS

FBOMS - Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento

GEF - Fundo Global para o Meio Ambiente

ISPN - Instituto Sociedade, População e Natureza

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

ONG - Organização não governamental

OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PPP-ECOS - Paisagens Produtivas Ecosociais

PNGATI - Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SGP - Small Grants Programme

RC - Rede Cerrado

2. Apresentação

O ISPN é um centro de pesquisa e documentação independente, brasileiro, sem fins lucrativos, fundado em abril de 1990 e sediado em Brasília. Tem como missão contribuir para viabilizar a equidade social e equilíbrio ambiental, com o fortalecimento de meios de vida sustentáveis e estratégias de adaptação às mudanças do clima. O Instituto atua no campo ecossocial, com foco no desenvolvimento dos povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares, povos indígenas e suas organizações. Busca contribuir para a democratização do acesso a conhecimentos, informações e recursos financeiros de forma adaptada à realidade e às necessidades desse público, assim como incentiva o fortalecimento da relação entre pesquisadores, gestores públicos e comunidades. Para maiores informações acessar o site ispn.org.br.

O PPP-ECOS é um mecanismo de apoio a projetos para a promoção de Paisagens Produtivas Ecosociais. Desta forma, concede doações a associações sem fins lucrativos e cooperativas constituídas que tenham caráter não governamental e/ou de base comunitária para a implementação de ações que gerem benefícios socioambientais. O PPP-ECOS enfoca nas inter-relações entre comunidades tradicionais, agricultores familiares e populações indígenas e a natureza, com ênfase na promoção de modos de vida sustentáveis que contribuam com benefícios sociais e ambientais, conforme os acordos internacionais e políticas nacionais. Desde 1994, o PPP-ECOS recebe o apoio do *Small Grants Programme* (SGP), programa do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) implementado por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e, a partir de 2012, de outros doadores como o Fundo Amazônia, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Laudes Foundation, União Europeia, e USAID e NORAD.

A priorização das propostas para seleção e o estabelecimento de diretrizes gerais para o PPP-ECOS conta com o apoio do Comitê Gestor Nacional (CGN) do PPP-ECOS, que é composto por representantes de órgãos governamentais, organismos internacionais, organizações da sociedade civil e da academia. Para mais informações acesse o nosso site: ispn.org.br.

O presente edital insere-se no contexto da Sétima Fase Operacional do *Small Grants Programme* no Brasil e conta com recursos advindos do **Fundo Global para o Meio Ambiente – GEF**. O Projeto “Sétima Fase Operacional do PPP-ECOS” é executado pelo ISPN em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O projeto tem por objetivo promover **resiliência social, econômica e ecológica** em paisagens nos biomas **Cerrado e Caatinga** por meio de atividades de **base comunitária** que geram benefícios ambientais globais e desenvolvimento rural sustentável.

Para este edital, o PPP-ECOS está atuando em **duas paisagens prioritárias no bioma Cerrado** onde serão apoiados cerca de 10 projetos (pequenos projetos e projetos de consolidação) junto a iniciativas de base comunitária e organizações de assessoria. As organizações selecionadas na mesma paisagem trabalharão de forma articulada visando ampliar sua resiliência ecossocial, a partir das ações e temas prioritários previstos nos documentos de Estratégias de Paisagem. As Estratégias de Paisagem são documentos que foram elaborados de forma participativa durante a preparação do Projeto “Sétima Fase Operacional do PPP-ECOS” em 2019, e atualizados em março e abril de 2022 por meio de oficinas presenciais e participativas. Os documentos com as Estratégias de Paisagem estão disponíveis no Anexo B.

Todas as associações e organizações contratadas por meio deste edital deverão fazer parte de uma rede de governança coletiva da paisagem do seu projeto. A rede de governança coletiva da paisagem deverá ser composta por organizações de base, organizações de assessoria, universidades ou instituições de pesquisa, governos, iniciativa privada, entre outras representações que façam sentido no contexto local. Será um

importante espaço de discussão sobre problemas e soluções para questões socioambientais da paisagem, bem como apoio interinstitucional aos projetos contratados neste edital. Cada paisagem conta com uma organização parceira estratégica, a saber: Associação Comunitária dos Pequenos Criadores dos Fechos de Pasto (ACCFC) na Bahia e Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV) em Minas Gerais. Estas organizações terão o papel de fomentar e animar a rede em cada paisagem com a colaboração das associações e organizações beneficiárias deste edital do PPP-ECOS. A rede de governança coletiva tem os seguintes objetivos:

- proporcionar um canal de comunicação e engajamento com os diversos atores sociais e institucionais da paisagem;
- apoiar o estabelecimento de redes de organizações locais e regionais para troca de conhecimento e aumento da capacidade de influenciar políticas públicas relevantes;
- promover a defesa dos direitos territoriais das comunidades tradicionais, agricultores familiares e mulheres trabalhadoras agrícolas;
- fortalecer organizações locais para melhor governança, capacidade técnica e participação social e aumento da capacidade de acesso e influência de políticas públicas relevantes;
- promover processos participativos de tomada de decisão;
- promover estratégias de desenvolvimento de cadeias de valor para produtos da sociobiodiversidade do Cerrado;
- proporcionar um fórum para apresentação, discussão e divulgação dos resultados do projeto.

3. Paisagens prioritárias

Para o presente Edital, duas paisagens são elegíveis. Estas paisagens foram definidas pelo Comitê Gestor Nacional como paisagens prioritárias da Sétima Fase Operacional do PPP-ECOS a partir de critérios previamente estabelecidos. Serão apoiadas duas paisagens no bioma Cerrado, a saber:

Cerrado do Oeste Baiano, BA – municípios de Correntina, Jaborandi, Coribe, Cocos e Santa Maria da Vitória nas sub-bacias dos rios Arrojado, do Meio, Correntina e Formoso. Ver mapa no Anexo C.

Alto Vale do Jequitinhonha, MG – municípios de Veredinha e Turmalina nas sub-bacias dos rios Itamarandiba e Fanado. Ver mapa no Anexo C.

4. Objetivos e temas do Edital

Esse edital visa apoiar instituições (entre associações sem fins lucrativos, OSCIP, organizações não-governamentais, sindicatos e cooperativas) para desenvolverem pequenos projetos e projetos de consolidação em duas paisagens prioritárias no Cerrado, a fim de promover **paisagens resilientes que geram desenvolvimento sustentável e conservação ambiental**. Os projetos devem dialogar com as ações previstas nos documentos de Estratégias de Paisagem (Anexo B) e com a estratégia de implementação do PPP-ECOS, durante a Sétima Fase Operacional do GEF.

Para cada Estratégia de Paisagem foram definidos os principais temas e ações/atividades que poderão ser apoiados por este Edital. A saber:

Cerrado do Oeste Baiano

Temas	Possíveis ações e atividades
Terra, água e biodiversidade	Assessoria jurídica para questões fundiárias e informações sobre reconhecimento das comunidades tradicionais de fundo e fecho de pasto e seus direitos
	Monitoramento dos territórios e qualificação de denúncias a violação de direitos e respeito de danos ambientais
	Retomada de programas de instalação de cisternas e outras tecnologias sociais
	Ampliação de ações de Manejo Integrado do Fogo (MIF)
Criação de animais	Melhorar acesso aos fechos e infraestrutura de apoio (ranchos)
	Manutenção das cercas (monitoramento, limpeza e aceiro)
Agroextrativismo: produção, beneficiamento e comercialização	Ampliação do uso de sementes crioulas, implantação de bancos e casas de sementes
	Fortalecimento dos quintais produtivos e hortas
	Valorização da agricultura familiar e produção agroecológica
	Fortalecimento da meliponicultura e apicultura
	Apoio a vendas on-line de produtos por meio de inclusão digital
	Apoio ao beneficiamento e regularização de produtos como polpas, doces, sabonetes e plantas medicinais
Artesanato	Apoio à produção e comercialização do artesanato; oficinas para repassar conhecimento entre gerações
Mulheres e jovens	Apoiar processos formativos visando autonomia política, organização produtiva e geração de renda, para o enfrentamento da violência contra a mulher e manutenção dos espaços conquistados
	Inserção de jovens e mulheres formados/das nas EFAs na assistência técnica e extensão rural
	Capacitar jovens com oficinas de comunicação popular para gerar conteúdo para redes sociais
Fortalecimento de organizações de base comunitária	Fortalecimento de organizações de base comunitária para fazer sua gestão institucional e incidência política para gestão territorial
	Promover discussões sobre temas como agrotóxicos, meio ambiente e sementes crioulas
	Ampliar a troca de experiências e intercâmbios entre as regiões.

Alto Vale do Jequitinhonha

Temas	Possíveis ações e atividades
Água e biodiversidade	Promoção e manutenção de tecnologias de captação de água da chuva e tecnologias sociais de baixo custo
	Realizar análise de qualidade da água e resíduos de agrotóxicos no solo
	Elaborar instrumentos de gestão da água e capacitações
	Recuperação de nascentes e outras áreas degradadas
Criação de animais	Aprimoramento do manejo das criações
	Melhorar ou aumentar a formulação de ração com produtos locais
Produção, beneficiamento e comercialização	Promoção de sistemas agroecológicos, agroflorestais, quintais produtivos ou hortas
	Assistência técnica para as famílias produtoras, com ênfase na produção e certificação orgânica
	Apoiar o beneficiamento e comercialização de frutas e castanhas e produtos do Cerrado
	Retomada e ampliação das feiras
	Apoiar pequenas agroindústrias de mandioca, cana-de-açúcar, entre outros
	Melhorar o transporte para comercialização dos produtos e apoio para participação em feiras e outros mercados
	Oferecer crédito por meio do Fundo Rotativo Solidário (com enfoque nos jovens)
Artesanato	Reconhecimento e valorização do artesanato
	Intercâmbios e capacitações
	Aprimoramento do acesso a mercados, por exemplo vendas digitais
Mulheres e jovens	Criação de espaço reservado para mulheres nas associações e de organizações tocadas por mulheres e para mulheres
	Promover ações de capacitação sobre violência contra a mulher e autoestima
	Criação de espaços para jovens participarem mais ativamente nas associações e nos projetos;
	Apoiar a educação no campo e a formação de professores
Gestão territorial/ incidência política	Fortalecimento de organizações de base comunitária
	Promover a autoafirmação e reconhecimento enquanto população tradicional
	Estabelecer relação propositiva com o poder público visando o fortalecimento das comunidades e a conservação ambiental
	Ampliar o acesso à internet rural

Promoção de energias alternativas

5. Recursos do Edital

O recurso previsto para apoio a projetos neste edital é de **US\$ 756.600,00 (setecentos e cinquenta e seis mil e seiscentos dólares), equivalente a aproximadamente R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais)**. O recurso advém do Fundo Global para o Meio Ambiente – GEF, por meio do Projeto BRA20G31 - “Sétima Fase Operacional do PPP-ECOS” implementado em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O Edital irá apoiar aproximadamente 10 projetos por paisagem, cujos orçamentos máximos para pequenos projetos serão de R\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais), e projetos de consolidação de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

Observações:

1. O Comitê Gestor Nacional (CGN) poderá selecionar projetos com redução ou acréscimo do montante solicitado, sem extrapolar o teto por projeto;
2. Cada organização poderá encaminhar até duas propostas, desde que seja uma de cada categoria de projeto: pequeno projeto e projeto de consolidação.

6. Metodologia de seleção dos projetos

A metodologia de seleção do PPP-ECOS visa conduzir um processo de seleção transparente e justo para todos os concorrentes, com agilidade e minimizar o tempo exigido aos membros do Comitê Gestor Nacional (CGN). Essa metodologia permite realizar a seleção de forma expedita conforme a estratégia nacional do PPP-ECOS.

O processo de seleção dos projetos ocorre em três etapas distintas:

1. Recepção dos projetos e triagem
2. Análise da Câmara Técnica (CT)
3. Seleção final realizada pelo Comitê Gestor Nacional (CGN)

Etapa 1: Recepção dos projetos e triagem

É feita pelo ISPN, na condição de Coordenação Técnico-Administrativa do PPP-ECOS (CTA). Os projetos submetidos ao edital são recebidos pelo ISPN, que os numera sequencialmente, de acordo com a ordem de chegada.

A equipe do ISPN verifica critérios básicos de elegibilidade e enquadramento dos projetos: localização, área temática, documentação enviada, prazo de envio, entre outros. Ao final dessa etapa, os projetos são distribuídos tematicamente para os membros da Câmara Técnica.

Etapa 2: Análise da Câmara Técnica (CT)

O objetivo da Câmara Técnica é analisar tecnicamente os projetos recebidos e apoiar o CGN em sua análise e seleção final dos projetos. Neste edital a CT será composta pela equipe técnica do ISPN e por técnicos de organizações parceiras.

Etapa 3: Realização da reunião do Comitê Gestor Nacional (CGN)

O CGN é a instância consultiva e deliberativa do Fundo. As organizações que compõem o CGN são:

- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)
- Agência Brasileira de Cooperação (ABC)
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)
- Rede Cerrado (RC)
- Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS)
- Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)
- Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA)
- Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (FBOMS)
- Representantes da Academia:
 - a. Especialista em Biodiversidade
 - b. Especialista em Clima
 - c. Especialista em Gênero
 - d. Especialista em Povos Indígenas

A seleção final é realizada pelo CGN com base numa lista de projetos pré-selecionados pela Câmara Técnica (CT). A decisão do CGN é lavrada em ata, que subsidiará o ISPN no processo de tramitação dos contratos. Ao fim desse processo de seleção, o ISPN comunica o resultado por e-mail via plataforma Welight a todas as organizações que apresentaram projetos; e o torna público pelo seu site e mídias sociais.

Para os projetos selecionados, o ISPN elabora o Contrato, que é o documento oficial que prevê o repasse de recursos às organizações. Os projetos selecionados serão contratados, após a realização da **Oficina de Planejamento e Capacitação Inicial**, que é obrigatória para todas as organizações. Nesta oficina as organizações beneficiárias serão capacitadas para gestão do projeto e possíveis adequações/recomendações solicitadas pelo CGN serão tratadas com cada organização.

7. Elegibilidade

O atendimento aos seguintes critérios de elegibilidade é obrigatório para os projetos participarem do processo de seleção:

- A. Os objetivos e ações do projeto devem estar alinhados aos temas e ações elencados no item 3 deste Edital: Objetivos e Temas do Edital;
- B. Os projetos devem ser executados nas paisagens definidas como prioritárias para o projeto, conforme definido no item 2.
- C. Os proponentes devem ser associações sem fins lucrativos, OSCIP, organizações não-governamentais, sindicatos ou cooperativas constituídas há, pelo menos, dois (2) anos.

- D. O Cronograma de Execução das atividades do projeto não pode ultrapassar 24 meses de execução.
- E. Os projetos devem atender o limite orçamentário máximo de R\$ 175.000,00 para pequenos projetos e R\$ 250.000,00 para projetos de consolidação.
- F. As organizações devem apresentar toda a documentação legalmente exigida conforme sua natureza, proponente e beneficiária. Os seguintes documentos são exigidos no ato da inscrição no processo seletivo (as cópias dos documentos exigidos não necessitam de autenticação):
 - i. Cópia da ata de criação da entidade proponente devidamente registrada no cartório competente;
 - ii. Cópia do estatuto da entidade proponente devidamente registrado em cartório competente;
 - iii. Cópia da ata de nomeação dos administradores da entidade devidamente registrada no cartório competente;
 - iv. Cópia do registro de CNPJ regular da entidade;
 - v. Cópia do CPF e RG dos representantes legais da entidade.;

Não são elegíveis organizações governamentais, empresas privadas, pessoas físicas, igrejas, clubes, associações de funcionários públicos ou outras organizações cujo objeto social não se enquadre no objetivo da chamada pública.

8. Critérios de seleção

A seguir, encontram-se listados os critérios que serão utilizados pelo Comitê Gestor Nacional (CGN) para selecionar as propostas. Para melhor se posicionarem neste processo seletivo, dentro de uma visão estratégica, é desejável que os projetos:

- A. Beneficiem agricultores familiares, comunidades locais, tradicionais ou indígenas;
- B. Demonstrem a viabilidade dos objetivos e sua capacidade de gerar resultados concretos nos prazos previstos e com os recursos disponíveis, atendendo os objetivos do edital;
- C. Sejam apresentados de forma concisa, buscando facilitar a compreensão da proposta, evidenciando o problema, os objetivos, os produtos e os impactos esperados, no que se refere aos aspectos quantitativos e qualitativos;
- D. Promovam a inclusão social, inclusive racial e étnica, buscando abordar questões de gênero, geração e juventude;
- E. Prevejam articulação local com outros atores da sociedade, tais como: autoridades governamentais, outros grupos da sociedade civil e o setor privado;
- F. Levem em conta as normas ambientais, sanitárias, fiscais (comerciais, tributárias e cíveis) e critérios técnicos e/ou científicos e outros relevantes para a execução dos projetos, se for o caso;
- G. Para projetos que envolvam acesso a recursos genéticos e conhecimento tradicional associado, respeitem normas legais e princípios éticos relacionados, bem como a repartição dos benefícios;
- H. Para projetos que envolvem comercialização, devem prever formas realistas de inserção dos produtos no mercado;
- I. Prevejam contrapartida não financeira e, quando cabível, contrapartida financeira;
- J. Prevejam a ampla divulgação dos resultados a públicos apropriados com a devida previsão orçamentária;
- K. Atendam as regulamentações sanitárias para a prevenção da disseminação do Covid-19;

- L. Apresentem soluções para lidar com as problemáticas relacionadas às mudanças no clima no contexto de povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares;
- M. Demonstrem valor de contribuição para os indicadores do PPP-ECOS, a saber:
- i. áreas de ecossistemas naturais sob manejo sustentável;
 - ii. áreas de sistemas agrícolas e pecuários com práticas de manejo aprimoradas;
 - iii. áreas degradadas em processo de recuperação;
 - iv. emissões de carbono evitadas;
 - v. número de famílias e, principalmente mulheres, diretamente beneficiadas;
 - vi. participação de mulheres em cargos de tomada de decisão;
 - vii. número de empreendimentos comunitários com acesso ampliado ao mercado e beneficiando ao menos 50% de mulheres;
 - viii. número de famílias reportando aumento da geração de renda por meio das ações do projeto.

9. Composição do orçamento do projeto

Para todos os projetos devem ser observados os seguintes critérios orçamentários.

1. O financiamento de projetos poderá incluir despesas com **remuneração de pessoal**, desde que as atividades remuneradas estejam ligadas diretamente ao projeto, mas **recomenda-se** que tais despesas, incluindo os encargos obrigatórios e os benefícios, **não ultrapassem 35%** do valor financiado pelo PPP-ECOS.
2. É considerada **despesa de pessoal** a prestação de serviço remunerado continuado, com pessoalidade e subordinação, por profissional com dedicação ao projeto.
3. São considerados **serviços de terceiros** os serviços pontuais, limitados no tempo do projeto, como capacitações, monitorias e ou consultorias.
4. São considerados **custos administrativos** as despesas com água, luz, aluguel, comunicação, serviços contábeis, taxas bancárias da conta associada ao projeto, despesas com deslocamento local para atividades administrativas, custos cartoriais e despesas com correspondências relacionadas à execução do projeto. **Os custos administrativos não devem ultrapassar o limite de 15% do valor solicitado ao PPP-ECOS.**

10. Contrapartida

Todas as propostas submetidas no âmbito do edital deverão apresentar recursos de contrapartida em um montante mínimo de **30% (trinta por cento)** adicional ao valor solicitado ao PPP-ECOS.

Os projetos devem informar as contrapartidas financeiras (recursos financeiros advindos de outras fontes complementares ao projeto PPP-ECOS, por meio de projetos ou outras formas) e/ou contrapartidas não financeiras (bens e serviços que serão disponibilizados ao projeto pela entidade proponente e/ou parceiros), as quais devem ser mensuráveis economicamente. Os recursos de contrapartida poderão ser advindos de outras organizações com parceria formalizada para a execução do projeto.

A contrapartida pode ser na forma de recursos financeiros e não financeiros. Veja exemplos de contrapartida:

- **Recursos Financeiros:** são recursos provenientes do próprio proponente, organização parceira ou de outra fonte, que serão alocados em atividades do projeto. Os gastos devem ser comprovados e apresentados junto à Prestação de Contas. Exemplos: Contratação de Pessoal, Prestação de Serviços, Aquisição de Material de Consumo, Equipamentos etc., desde que no período do projeto e com recursos do próprio proponente ou de outras fontes.
- **Recursos Não Financeiros:** são recursos que serão alocados nas atividades do projeto sem comprovação de gastos. Os gastos devem ser mensurados e declarados na prestação de contas. Exemplos: Trabalho Voluntário (inclusive mutirões, atividades de secretaria em reuniões, ATER e outros), Cessão de Infraestrutura e Equipamentos (agrícolas, de informática, veículos, etc.) de acordo com o tempo de uso nas atividades do projeto, Alimentos (fornecidos pelos beneficiários dos projetos e consumidos durante suas atividades).

10.1. Itens financiáveis

- Despesas com pessoal ligado diretamente ao projeto;
- Assistência técnica e consultorias;
- Custos diversos relacionados a atividades de capacitação e intercâmbios;
- Comunicação e divulgação das atividades do projeto;
- Publicações;
- Equipamentos eletrônicos e de comunicação;
- Aquisição de equipamentos de proteção individual, como máscaras e álcool;
- Ferramentas, maquinários e insumos para produção agroecológica e extrativista;
- Materiais de consumo, como combustível, material de escritório, entre outros;
- Transporte e hospedagem;
- Obras e construções;
- Estudos com aplicação prática e em curto prazo;
- Custos administrativos devidamente comprovados, relacionados e limitados a 15% (quinze por cento) do valor total do projeto.

10.2. Itens não financiáveis

- A utilização de recursos para verbas de representação por participação em reuniões;
- Pagamento de direitos autorais;
- Pagamentos de salários ou qualquer tipo de remuneração a servidores e funcionários públicos;
- A aquisição de imóveis e desapropriações;
- Compra de armamentos;
- Taxa de administração (este item é diferente de custos administrativos, que são descritos em detalhe no item 8 critério 4);
- Pagamento de dívidas e multas;
- Impostos e taxas, com exceção dos diretamente relacionados ao projeto;

- Atividades que promovam interesses partidários ou eleitoreiros;
- Compra de agrotóxicos e insumos agrícolas de natureza sintética (a não ser que justificados dentro de ações de recuperação ambiental ou controle de espécies indesejadas para as quais outros métodos tenham se mostrado inviáveis);
- Atividades que promovam desenvolvimento sem a devida atenção às questões ambientais e sociais;
- Projetos individuais ou que não possuam natureza comunitária;
- Bolsas de estudo e pesquisas acadêmicas não diretamente relacionadas ou necessárias à implementação do projeto;
- Projetos governamentais ou de partidos políticos.

11. Responsabilidades financeiras, técnicas e ambientais

As entidades cujos projetos forem selecionados se comprometem a participar de capacitação em gestão de projetos, de eventos e seminários, sempre que convidadas pelo ISPN. Em especial, se comprometem a contribuir com os processos de monitoramento e avaliação de impactos e resultados de seu projeto individual e do conjunto de projetos apoiados, com vistas à elaboração de instrumentos de medição e avaliação de resultados do conjunto dos Projetos Ecosociais apoiados no âmbito do edital.

As entidades que tiverem seus projetos selecionados se comprometerão (em contrato) a realizar prestações de contas periódicas, conforme as regras do PPP-ECOS, do GEF e do PNUD. Caso a prestação de contas não seja realizada, ou não esteja em conformidade com as regras (conforme orçamento e plano de trabalho aprovados), o projeto poderá ser suspenso ou cancelado e a entidade responsabilizada administrativa e/ou judicialmente.

As entidades proponentes se comprometem a não permitir a sobreposição de fontes no pagamento de um mesmo item de despesa, a menos que seja o caso de rateamento de fração do serviço utilizado por mais de um projeto da entidade.

Os projetos financiados poderão ser auditados de acordo com os procedimentos do PPP-ECOS. Para tanto, a proponente deverá disponibilizar ao auditor responsável o acesso aos registros e documentos originais pertinentes ao projeto, os quais devem ser guardados em local adequado e escaneados no caso de cupons fiscais, por cinco anos após o final do projeto.

Os produtos e resultados dos projetos financiados pelo PPP-ECOS são, desde já, considerados de domínio público, porém, nos casos de envolvimento de conhecimento tradicional associado, considera-se a reserva de direito e/ou registro, sendo a Anuência Prévia e Informada uma ferramenta fundamental para qualquer tipo de acesso ao referido conhecimento.

Qualquer utilização de informação, foto ou material gráfico obtido por meio das atividades do PPP-ECOS deverá conferir o devido crédito ao PPP-ECOS e seus financiadores, utilizando as devidas logomarcas.

12. Apresentação da proposta

As propostas para este edital deverão ser submetidas por meio da **plataforma Welight**. A submissão do projeto deve seguir **rigorosamente** todas as questões do formulário da plataforma, apresentadas também no **Anexo A deste edital**. O ISPN não se responsabiliza por problemas de

conexão de internet, para evitar problemas, aconselhamos não deixar para a última hora. A **data e horário limite** para apresentação de projetos em resposta ao presente Edital é **18:00h (horário de Brasília) do dia 03 de abril de 2023**. Não haverá prorrogação do prazo.

Para acessar a plataforma clique no link: <https://bit.ly/3kk1FTP> (Welight).

Não serão aceitos projetos enviados por e-mail, correio ou entregues pessoalmente.

No caso de **dúvidas** ou **problema** para submeter a proposta na plataforma, por favor, entre em contato pelo e-mail edital36@ispn.org.br.

O **resultado** do processo de seleção será divulgado no **site do ISPN** (ispn.org.br).

12.1. Prazos do processo seletivo do PPP-ECOS

Fases da Seleção	Prazos
Lançamento do edital	03 de fevereiro de 2023
Prazo final para envio de propostas	03 de abril de 2023
Divulgação do resultado	26 de maio de 2023

13. Procedimentos de contratação e liberação dos recursos

Após a seleção, o ISPN enviará e-mail ao proponente informando o resultado e as orientações para a efetivação do contrato.

No momento da celebração do contrato entre a entidade beneficiária e o ISPN, quando cabível, serão exigidos os originais dos documentos citados em **Elegibilidade (item 6.F)** deste edital.

O montante aprovado pelo CGN será repassado em pelo menos três (3) parcelas. A primeira parcela será liberada após a assinatura do contrato, e as demais parcelas após a aprovação de relatórios de progresso, que incluem o envio das cópias dos comprovantes de despesa e relatos e comprovantes das atividades já realizadas.

Pelo menos dois representantes de cada projeto deverão participar de uma **Oficina de Planejamento e Capacitação Inicial**, momento em que os beneficiários serão orientados sobre as regras de prestação de contas do PPP-ECOS, roteiros para a apresentação de relatórios, ajustes no projeto que se façam necessários, incluindo nos anexos do projeto (Cronograma de Execução, Indicadores, Plano de Trabalho e Orçamento), e Memorando de Acordo (MOA).

14. Monitoramento

O monitoramento e a avaliação dos projetos cabem em primeiro lugar, ao proponente, entidades parceiras e ao conjunto das organizações sociais no qual o projeto está inserido; em segundo lugar, ao ISPN, enquanto Coordenação Técnico-Administrativa (CTA) do PPP-ECOS.

A proponente, com o apoio das organizações parceiras (caso existam), deve apresentar os relatórios do projeto, composto pela descrição das atividades e gastos já realizados. A não apresentação destes relatórios, bem como a não aplicação dos recursos nas atividades previstas no projeto, determina o bloqueio de recursos. Ao final da execução do projeto, a entidade deve apresentar um relatório final, conforme consta do Memorando de Acordo, que será firmado entre as partes no caso de o projeto ser selecionado.

O monitoramento dos projetos selecionados será feito pelo ISPN e parceiros ou de entidades/consultores designados. Neste sentido, deverá ser franqueado, igualmente, acesso de terceiros por ele designados, para fins de avaliação e monitoramento dos resultados e impactos dos projetos.

Outras informações sobre o PPP-ECOS e suas fontes de financiamento estão disponíveis no endereço eletrônico ispn.org.br, assim como as versões deste edital e do roteiro para apresentação de Projeto.

Eventuais dúvidas poderão ser dirimidas por telefone ou e-mail do ISPN, por meio dos seguintes contatos: (61) 3327-8085 e e-mail edital36@ispn.org.br

ANEXO A - Roteiro para apresentação de propostas

Instruções importantes:

Para a utilização correta deste roteiro, é necessária a leitura cuidadosa do 36º Edital de Convocação PPP-ECOS/GEF – Edital Cerrado. Para a submissão completa do projeto, o proponente deve seguir todas as questões deste roteiro e preencher cada uma dentro do formulário da plataforma. É fundamental fornecer explicações quantitativas e qualitativas suficientes para o julgamento adequado do projeto. Para acessar a plataforma clique no link: <https://bit.ly/3kk1FTP>.

No caso de dúvidas ou problema para submeter a proposta na plataforma, entre em contato pelo e-mail edital36@ispn.org.br, ou acesse a guia de dúvidas e perguntas frequentes clicando no link:

<https://ispn.org.br/ppp-ecos-36o-edital-cerrado-guia-de-duvidas-e-perguntas-frequentes/>

Alguns documentos deverão ser preenchidos separadamente e depois anexados ao formulário da plataforma, são eles:

- Plano de Trabalho (Anexo 1). Acesse o link: <https://bit.ly/3kiM1ba>
- Indicadores do Projeto (Anexo 2). Acesse o link: <https://bit.ly/3ITLCGM>
- Orçamento do Projeto (Anexo 3). Acesse o link: <https://bit.ly/3lrD9RD>
- Cronograma de Atividades (Anexo 4). Acesse o link: <https://bit.ly/3iLT2Bd>
- Documentos da organização proponente (confira quais são no item 6.F do edital).

Resumo do projeto

1. Nome do projeto (sintetizando o propósito do projeto em no máximo 12 palavras):
2. Resumo do projeto (Máximo de 10 linhas):
3. Valor solicitado para o projeto em real (R\$) sem o valor da contrapartida:
4. Duração do projeto (máximo de 24 meses):
5. Nome da pessoa responsável por este projeto:
6. E-mail da pessoa responsável pelo projeto:

Informações da organização

7. Logo da organização (com fundo branco ou transparente):
8. Nome da organização:
9. Razão Social:
10. Última ata:
11. Estatuto:
12. Ata de Fundação:
13. Endereço:
14. CEP:
15. Cidade:
16. Estado:
17. País:
18. Telefone:
19. E-mail:
20. Site:
21. Data de fundação da organização conforme ata registrada em cartório:

22. Tipo de organização (associação sem fins lucrativos, OSCIP, organizações não-governamentais, sindicatos ou cooperativas):

23. Nome e cargo da pessoa responsável pela organização:

24. Nome(s) e cargo(s) de outras pessoas com poderes legais:

25. CPF e RG dos representantes legais da entidade:

Atuação da organização proponente

26. Objetivos da organização:

27. Quais são as principais fontes de recursos, nacionais e internacionais, que apoiam ou já apoiaram a organização? Especifique as principais fontes e respectivos valores e datas (aproximadamente):

28. A organização já recebeu apoio direto ou indireto do PPP-ECOS? Caso sim especifique o valor e o período:

29. Como é a Estrutura de Gestão da Organização? (Refere-se à forma de liderança da organização, que pode incluir a constituição do conselho diretor, assembleia geral, conselho fiscal e/ou oficial executivo principal; também indicar como as decisões são feitas, frequência de reuniões, etc.):

30. Indique organizações ou pessoas que possam fornecer referências sobre a organização:

Informações sobre a organização beneficiária

Preencher somente se a organização proponente for diferente da organização beneficiária

31. Nome da organização:

32. Endereço:

33. CEP:

34. Cidade:

35. Estado:

36. Telefone:

37. E-mail:

38. Site:

39. Outros (instagram ou outras redes sociais):

40. Tipo de organização (associação sem fins lucrativos, OSCIP, organizações não-governamentais, sindicatos ou cooperativas):

41. Nome e cargo da pessoa responsável pela organização:

Atuação da organização beneficiária

42. Objetivos da organização:

43. A organização já recebeu apoio direto ou indireto do PPP-ECOS? Caso sim especifique o valor e o período:

44. Indique organizações ou pessoas que possam fornecer referências sobre a organização:

Informações do projeto

45. Localização (mapa):

46. País:

47. Estado:

48. Município:

49. Nome do Local:

50. CEP:

51. Rua:

52. Número:

53. Complemento:

54. Quais comunidades ou grupos serão beneficiados diretamente pelo projeto?

55. Quantas famílias serão beneficiadas?

Descrição do projeto

56. Objetivo geral (o que o projeto ajudará a conseguir?):

57. Objetivos específicos (o que o projeto conseguirá de forma concreta?):

58. Faça uma breve descrição sobre a atuação da entidade proponente com o público beneficiário do projeto no contexto da realidade da paisagem em que o projeto se insere:

59. Quais os principais problemas que o projeto pretende enfrentar? Demonstre por que a solução proposta é importante/relevante, ou seja, por que o projeto contribui para o enfrentamento destas questões?

60. Descreva as mudanças que poderão ser medidas ao final do projeto como resultado das atividades:

61. Descreva as principais atividades propostas e como elas serão realizadas para que o projeto contribua para melhoria do contexto descrito anteriormente:

62. Detalhe a equipe técnica envolvida no projeto. Como serão remunerados?

63. Qual foi a participação dos beneficiários diretos na elaboração deste projeto?

64. Como jovens e idosos vão participar das atividades do projeto em suas diferentes etapas, do planejamento à execução?

65. De que forma o projeto contribui para reduzir as desigualdades de gênero?

Dados complementares do projeto

66. Caso esteja previsto alguma obra ou construção para o projeto, anexe aqui o croqui para referência:

67. Há normas específicas de ordem sanitária, ambiental, fiscal e/ou indigenista que se aplicam ao projeto? Caso sim especifique como serão atendidas;

68. Se o projeto pretender realizar atividades de capacitação, forneça mais informações sobre o conteúdo das mesmas, quem participará e quem ministrará:

69. Se o projeto prever assistência técnica, descreva como ela será atendida e quem comporá a equipe técnica. Anexe os currículos ou os perfis dos técnicos, se for o caso:

70. Qual a cooperação/parceria prevista dos governos municipal, estadual e federal, de outras organizações não governamentais e do setor privado? Quantifique e detalhe os apoios citados:

71. Quais são os riscos internos e externos que podem impedir que o projeto alcance seus resultados? Quais as medidas preventivas que podem ser tomadas para evitá-los?

72. Como será garantida a sustentabilidade das ações e resultados atingidos com este projeto após sua conclusão?

73. Descreva se o projeto inclui alguma inovação, que pode ser uma nova metodologia, técnica, abordagem, aprimoramento em produtos ou serviços já existentes, produtos novos, etc.:

74. Descreva como pretendem registrar, compartilhar e transmitir os conhecimentos, lições aprendidas e boas práticas adquiridas com o projeto:

75. Especifique quais materiais de comunicação serão gerados para divulgar os resultados do projeto para outros públicos. Há recursos suficientes? (Deverão ser previstos os recursos necessários):

Anexos do projeto

Plano de Trabalho

76. Preencha o Plano de Trabalho (Anexo 1), identificando os objetivos específicos (melhorias e mudanças produzidas pelas atividades). A estes objetivos específicos devem estar associadas atividades e indicadores que demonstram a realização das atividades (indicadores de desempenho). Devem ser definidos os responsáveis pelas atividades e prazos para sua realização. Basta baixar o modelo do Plano de Trabalho no link abaixo, preencher, e carregar o arquivo novamente. Caso necessário, novas linhas podem ser incluídas na tabela:

Clique no link para acessar o Anexo 1 – Plano de Trabalho: <https://bit.ly/3kjM1ba>

Insira aqui o documento Plano de Trabalho preenchido:

Indicadores do Projeto

77. Apresente os indicadores do Projeto (Anexo 2), de acordo com os objetivos específicos apresentados no Anexo 1 - Plano de Trabalho. Indique na tabela o marco inicial para os principais indicadores que deverão ser monitorados e a previsão quantitativa (meta) dos impactos que devem ser alcançados no final do projeto. O marco inicial se refere à situação existente no início do projeto (situação atual). Os indicadores devem ser apresentados em valores numéricos.

Caso o projeto não contribua com algum indicador, por favor, escreva: “não se aplica”.

Clique no link para acessar o Anexo 2 – Indicadores do Projeto: <https://bit.ly/3ITLCGM>

Insira aqui o documento com os indicadores do projeto preenchido:

Orçamento e Memória de Cálculo

78. Detalhe o Orçamento, no Anexo 3 - Orçamento com a Memória de Cálculo, preenchendo a memória de cálculo na planilha disponibilizada em formato Excel.

Atente-se para as orientações:

-O limite máximo do orçamento solicitado ao PPP-ECOS é de R\$ 175 mil para pequenos projetos e R\$ 250 mil para projetos de consolidação. A esses limites deve ser acrescida a contrapartida de, no mínimo, 30% do valor solicitado.

-O orçamento é apenas uma proposta da entidade proponente e pode ser feito com base em estimativas;

- Os valores serão avaliados pelo Comitê Gestor Nacional (CGN) e poderão sofrer ajustes para mais ou para menos;
- O quadro, anexo, representa o modelo de orçamento adotado pelo PPP-ECOS, onde os gastos são apresentados por atividade prevista;
- É fundamental que o orçamento seja coerente com as atividades previstas no Plano de Trabalho;
- É obrigatório que a contrapartida oferecida para o projeto seja identificada;
- Conforme a necessidade, a tabela de orçamento pode ser ajustada, desde que o orçamento apresentado possibilite a compreensão de como os recursos serão utilizados;

Explicações sobre os elementos de despesa da planilha de orçamento (Anexo 3):

- Pessoal: é considerada despesa de pessoal a prestação de serviço remunerado continuado, por profissional com dedicação ao projeto (lembre-se: despesas com pessoal não podem ultrapassar o limite de 35% do valor solicitado ao PPP-ECOS). Exemplos: técnico de ATER, coordenação do projeto, entre outros.
- Serviços de terceiros: prestação de serviço pontual, prestado por pessoa física ou jurídica, para atividades diversas. Exemplo: instrutor para cursos e capacitações; diagramação e/ou impressão de material didático e de comunicação; aluguel de equipamentos; consultorias diversas, manutenção de equipamentos, serviços para o fornecimento de alimentação, dentre outros.
- Material de consumo: insumos necessários ao desenvolvimento das atividades, como material de papelaria, gêneros alimentícios, sementes, combustível, insumos para agroindústrias (touca, luva, bota, embalagens, etc), dentre outros.
- Material permanente ou equipamento: móveis, equipamentos (computador, impressora, máquina fotográfica, modem), veículos novos, equipamentos para agroindústrias, maquinário para manejo agroecológico dos sistemas de produção, dentre outros.
- Custos administrativos: São considerados custos administrativos as despesas com água, luz, aluguel, comunicação, serviços contábeis, taxas bancárias da conta associada ao projeto, despesas com deslocamento local para atividades administrativas, custos cartoriais e despesas com correspondências relacionadas à execução do projeto. Lembre-se de: para pequenos projetos e projetos de consolidação, despesas com custos administrativos não devem ultrapassar o limite de 15% do valor solicitado ao PPP-ECOS.

Clique no link para acessar o Anexo 3 – Orçamento: <https://bit.ly/3lrD9RD>

Insira aqui o orçamento preenchido:

Cronograma de Atividades

79. Preencha o Anexo 4 - Cronograma de Atividades do projeto na tabela a seguir, marcando com X o(s) mês(es) correspondente(s) às atividades.

Clique no link para acessar o Anexo 4 – Cronograma de Atividades: <https://bit.ly/3iLT2Bd>

Insira aqui o Cronograma de Atividades preenchido:

Anexo 1. Plano de Trabalho

Plano de Trabalho				
Objetivos específicos	Atividades para atingir os resultados	Indicadores	Nome dos Responsáveis por cada atividade	Prazos (mês 1,2,3, etc.)
1.	1.1.			
	1.2.			
	1.3.			
2.	2.1.			
	2.2.			
	2.3.			
3.	3.1.			
	3.2.			

Anexo 2. Indicadores do Projeto

Escolha os indicadores que melhor refletem o monitoramento do alcance dos resultados que o seu projeto pretende alcançar.

	Indicadores		Início (marco inicial)	Meta do Projeto
1	Número de comunidades envolvidas nas ações do projeto			
2	Número de famílias beneficiadas diretamente pelo projeto			
3	Quantos homens serão beneficiados com o projeto?	Jovens (até 29 anos)		
		Adultos		
		Idosos (mais de 60 anos)		
4	Quantas mulheres serão beneficiadas com o projeto?	Jovens (até 29 anos)		
		Adultas		
		Idosas (mais de 60 anos)		
5	Número de pessoas que participaram de capacitações e intercâmbios promovidos pelo projeto			
6	Área nativa conservada e com ações de manejo sustentável apoiadas pelo projeto (ha)			
7	Área degradada em processo de recuperação (ha)			
8	Área de produção agrícola e pecuária com práticas de manejo sustentável implementadas (ha)			
9	Faturamento bruto anual do empreendimento apoiado (R\$/ano)			
10	Número de famílias reportando aumento na renda a partir das ações do projeto			
11	Novos mercados acessados			
12	Novas práticas de manejo sustentável do solo e das criações adotadas			
13	Número de acordos comunitários ou outros instrumentos adotados e gerando o aprimoramento da gestão territorial (manejo integrado do fogo, auto-mapeamento, PGTA, etc);			
14	Número de ações de capacitação, formação ou intercâmbios promovidos pelo projeto			
15	Número de novas tecnologias de energia renovável implantadas			
16	Número de novas tecnologias sociais de armazenamento de água implantadas			
17	Número de famílias com acesso ampliado à água ou à energia a partir das ações do projeto			
18	Número de políticas públicas fortalecidas			
19	Número de jovens envolvidos nas ações do projeto			

20	Número de mulheres ocupando posições de tomada de decisão na comunidade		
21	Número de empreendimentos liderados por mulheres		
22	Número de mulheres que compõem a associação/cooperativa/ONG		
23	Número de mulheres participando de fóruns/comitês/redes locais regionais		
24	Número de publicações/vídeos/materiais didáticos e outros conteúdos produzidos e disseminados pelo projeto		

Anexo 3. Orçamento do Projeto

Orçamento				
Categorias de despesa*		Solicitado ao PPP-ECOS (R\$) (a)	Contrapartida (b)	Total (R\$) (a+b)
1. Pessoal	1.1 Salários da equipe			
	1.2 Encargos e benefícios			
2. Serviços de Terceiros	2.1 Consultorias			
	2.2 Manutenção de equipamentos			
	2.3 Arte gráfica			
	2.4 Impressão gráfica			
3. Material Permanente ou Equipamento	3.1 Móveis de Escritório			
	3.2 Computador			
	3.3 Máquina fotográfica			
4. Material de Consumo	4.1 Combustível			
	4.2 Sementes e insumos			
	4.3 Aquisição de gêneros alimentícios			
5. Custos Administrativos	5.1 Aluguel			
	5.2 Energia elétrica			
	5.3 Internet/telefone			
	5.4 Custos de manutenção de conta bancária			
TOTAL				

* Os itens de despesa inseridos nessa tabela (salários da equipe, arte gráfica, móveis do escritório, etc) **são apenas exemplos de possíveis gastos** que podem ser contemplados no orçamento.

ANEXO B – Resumo das estratégias de atuação nas paisagens prioritárias do projeto “Sétima Fase Operacional do PPP-ECOS no Brasil” - Alto Vale do Jequitinhonha, MG e Cerrado do Oeste Baiano, BA

Para acessar a versão completa da estratégia de atuação nas paisagens prioritárias do projeto, [clique aqui](#).

1. INTRODUÇÃO

Este documento visa orientar as ações e atividades das instituições parceiras e organizações contratadas para implementar projetos por meio do fundo independente para Promoção de Paisagens Produtivas Ecosociais – PPP-ECOS em quatro paisagens prioritárias nos biomas Cerrado e Caatinga. Esta ação é parte do projeto “Sétima Fase Operacional do PPP-ECOS no Brasil” implementado pelo Instituto Sociedade, População e Natureza em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente - GEF. As quatro paisagens prioritárias são (o mapa de cada paisagem está disponível no final do documento):

- Alto Rio Poti – Piauí
- Sertão do Pajeú – Pernambuco
- Alto Jequitinhonha - Minas Gerais
- Cerrado do Oeste Baiano – Bahia

A seleção das paisagens foi feita em 2019, com base em quatro critérios definidos pelo Comitê Gestor Nacional do PPP-ECOS, a saber: presença de parceiros locais fortes que possam apoiar a execução dos projetos, capacidade de alavancar contrapartidas (cofinanciamento), condições socioambientais da região e aspectos de logística.

As estratégias para atuação nas paisagens visam definir como se dará a atuação do PPP-ECOS nestas áreas no período de 2022 a 2025, durante a Sétima Fase Operacional do PPP-ECOS no Brasil. Os documentos compilam os principais problemas socioambientais e definem quais ações o PPP-ECOS irá apoiar para aprimorar a resiliência das paisagens. A estratégia para cada paisagem prioritária foi abordada e estruturada de acordo com as exigências e orientações do Small Grants Programme (SGP), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) e construída por meio de metodologias participativas junto a representantes e lideranças das comunidades, organizações de base comunitária e da sociedade civil, além de agentes da educação e de órgãos públicos.

Para definir as Estratégias de Paisagem foram realizadas duas oficinas em cada paisagem, sendo estas: (1) Oficina de Diagnóstico da Paisagem, no final de 2019, para subsidiar a elaboração do projeto, e (2) Oficina de Atualização da Paisagem, entre março e maio de 2022, após a aprovação do projeto. Ambas as oficinas foram conduzidas por meio de metodologias participativas e técnicas de facilitação, com a sistematização das informações necessárias para definir o alcance das atividades e ações do projeto.

O objetivo das Oficinas de Diagnóstico da Paisagem em 2019 foi subsidiar a elaboração do projeto GEF-7, por meio do levantamento de informações sobre os problemas e dificuldades enfrentadas pelas comunidades locais (incluindo segurança alimentar, acesso à água, qualidade dos solos, desafios relacionados à produção, desigualdade de gênero, acesso à políticas públicas etc.), as ameaças aos ecossistemas e à biodiversidade, a presença de outros projetos em andamento relacionados à temática socioambiental e possibilidades de parcerias com instituições locais e regionais. A partir dessas informações, foram elencados os temas prioritários a serem apoiados pelo projeto e as bases para um entendimento sobre a situação de cada paisagem.

Tendo como referência o que foi identificado em 2019, as Oficinas de Atualização da Paisagem, realizadas em 2022, visaram atualizar os diagnósticos das paisagens, a partir do diálogo com atores locais e o levantamento de novos problemas e soluções socioambientais. As informações colhidas nas oficinas foram compiladas com vistas a compor as ações estratégicas nas paisagens ao longo do projeto.

Além das oficinas, em cada paisagem a equipe técnica do ISPN e consultores visitaram algumas comunidades e seus territórios, realizando reuniões presenciais com membros de associações e instituições parceiras, e buscando um maior entendimento sobre a situação socioambiental destes locais para subsidiar a elaboração do projeto.

2. ESTRATÉGIAS DE PAISAGEM

De acordo com as contribuições das oficinas e visitas realizadas em 2019 e 2022, foram identificados os principais problemas de cada paisagem e os temas prioritários para resolução deles, além de possíveis ações e atividades a serem trabalhados pelo projeto e pelas organizações locais e regionais. Baseado nessas informações, a estratégia para cada paisagem é apresentada a seguir.

CERRADO DO OESTE BAIANO – BAHIA

A paisagem é composta pela Bacia do Rio Arrojado e as duas bacias vizinhas dos rios Correntina, Arrojado, do Meio e Formoso, cujas cabeceiras estão no Espigão Mestre, vasto planalto localizado na divisa entre os estados da Bahia e Goiás, com altitudes entre 800 e 900 metros. Essas bacias localizam-se total ou parcialmente nos municípios de Correntina, Jaborandi, Coribe e Cocos e correm para o leste até o encontro com o Rio Corrente, um dos principais rios do Oeste da Bahia e parte da Bacia do Médio São Francisco.

A região faz parte do Bioma Cerrado, com uma estação seca bem definida marcada por pouca ou nenhuma chuva entre os meses de maio e setembro. A combinação das condições climáticas com a vegetação presente torna a paisagem alvo de frequentes incêndios.

Os sistemas agrícolas e de uso da terra tradicionalmente abrangem uma gama de estratégias para produção de alimentos e geração de renda, que se complementam e envolvem a exploração de diferentes zonas ecológicas de acordo com as estações do ano. Há também uma forte relação com os regimes de posse da terra, pois certas atividades são realizadas em áreas de propriedade individual e outras em áreas comuns de uso coletivo, que são as áreas de Cerrado conhecidas como “Fechos de Pasto”, localizadas nos planaltos arenosos e nas cabeceiras dos vales.

A agricultura sazonal é praticada durante a estação chuvosa, com culturas como milho, mandioca e feijão, complementadas pelo cultivo de áreas irrigadas na estação seca. Tradicionalmente, as áreas irrigadas recebem água por meio de um sistema de valas ou canais, que retira água de um trecho mais alto de um córrego ou rio e a transporta por várias propriedades. Uma parte desses canais permanece em uso, mas em vários casos vem sendo substituída por água bombeada diretamente do rio. Em algumas situações, no entanto, por conta da distância do curso d'água, há comunidades sem disponibilidade de água para irrigação. Tecnologias de armazenamento de água da chuva foram trazidas à região por meio de programas de governo, mas ainda são pouco difundidas.

A produção de quintal é uma parte importante do sistema agrícola, seja de hortaliças ou frutas. Pequenos animais - galinhas e porcos - são criados perto das casas e são principalmente para consumo familiar. O gado traz outra dimensão ao sistema e faz parte da identidade cultural dos “geraizeiros”, com o deslocamento sazonal dos rebanhos para os Fechos de Pasto, as áreas de Cerrado de propriedade comunal. Essa prática consiste em manter o gado durante parte do ano que é mais seca no pasto plantado nas propriedades individuais, e com as primeiras chuvas os rebanhos são conduzidos para as áreas comuns e naturais.

A situação da Bacia do Rio Arrojado e entorno ressalta a importância das comunidades tradicionais na manutenção de paisagens que conservam a biodiversidade e prestam serviços ambientais. O uso do território tradicional para pastagem extensiva de gado, caça e coleta de frutos e outros produtos do Cerrado contrasta fortemente com a conversão da vegetação nativa do Cerrado para a agricultura em escala industrial, o que gerou uma série de impactos sociais e ambientais negativos. Além da perda de áreas comuns dos Gerais, as alterações da cobertura do solo e uso da água para irrigação por pivô central trouxeram impactos hidrológicos, com rebaixamento dos lençóis freáticos e do aquífero Urucuaia. Com isso, córregos que antes eram perenes até a década de 1980-90 estão secando, junto com nascentes, afetando o abastecimento de água para as comunidades dos vales. Outra preocupação com a transformação de paisagens naturais em monoculturas envolve o potencial de poluição dos rios pelo uso de insumos químicos, afetando também as comunidades.

De maneira geral, as disputas por terras e crescente ocupação pelo agronegócio na região foram levantados pelos participantes das oficinas como os principais problemas, pois geram violência no campo, violação de direitos humanos, limitação de acesso à água e redução de volume dos rios e a contaminação do solo e dos corpos de água. Há uma mobilização das comunidades em um coletivo, com o apoio de organizações parceiras, para combater a grilagem de terras e buscar a regularização fundiária dos territórios, com o reconhecimento dos direitos das comunidades tradicionais de fundo e fecho de pasto. Mesmo assim, as comunidades enfrentam resistência por parte de setores poderosos do agronegócio, e comunidades que não tem sua associação tem dificuldade para serem reconhecidas.

Outros temas, tal como o manejo do fogo, embora menos visíveis, também são de grande relevância na região. Embora seja considerado um fator ecológico fundamental no Bioma Cerrado, as atuais iniciativas de Manejo Integrado do Fogo (MIF), que utilizam, entre outras técnicas, queimadas prescritas, podem colidir com as leis estaduais e locais que preveem punições severas para os responsáveis por incêndios. A preocupação com a legislação restritiva foi citada por membros da comunidade como um fator que inibe o aprofundamento do tema, mas mesmo assim é objeto de crescente discussão, pesquisa e experimentação, incluindo o resgate das técnicas tradicionais de manejo do fogo dos fecheiros.

Em relação ao fogo, uma preocupação especial são as áreas de nascentes que foram cercadas nos últimos anos para protegê-las do pisoteio do gado. Enquanto a pastagem do gado reduz o acúmulo de biomassa inflamável em áreas de Cerrado, este não é o caso das nascentes cercadas, onde o capim cresce sem controle e depois seca na estação seca. Se atingidas pelo fogo, essas áreas cercadas serão severamente danificadas, com a morte de árvores e animais, prejudicando os esforços de restauração.

Outra preocupação diz respeito à produção local de alimentos que vem se reduzindo, devido a vários fatores, como a diminuição da fertilidade do solo, erosão e perda de diversidade de culturas e sementes tradicionais, entre outros. O aumento no valor da diária do trabalhador, junto com a redução ou ausência das tradicionais “arriotas” (mutirões) de trabalho coletivo, têm levado ao uso crescente de herbicidas para “limpar” as pastagens. O esterco do gado que pasta nessas áreas não pode ser usado para adubar a maioria das culturas, como hortas e roças, levando os produtores ao uso de fertilizantes químicos. Junto com a perda de sementes tradicionais, o problema do esterco envenenado é sintomático de uma crescente dependência em insumos externos comprados, levando a uma menor resiliência dos sistemas agrícolas, com o enfraquecimento da agricultura familiar e o aumento do consumo de produtos industrializados.

Em termos da organização social, foi apontado que comunidades que não tem associação têm dificuldades para serem reconhecidas como comunidades tradicionais e fazer valer seus direitos. No entanto, as associações existentes têm dificuldades de gerenciar recursos e manter equipes para sua administração. As associações de fecho (responsáveis pela gestão das áreas coletivas) têm uma participação predominante dos homens, pois a lida com o gado, junto com a manutenção de cercas e aceiros, monitoramento do território e controle do fogo é uma atividade mais masculina. Não respondem, portanto, às necessidades das mulheres em relação ao empoderamento e apoio para suas atividades de geração de renda, como quintais produtivos e criação de pequenos animais. Ao mesmo tempo, não há organizações focadas no extrativismo, de forma que falta articulação e formação para trabalhar com frutos do Cerrado e comercializar os produtos.

Por fim, há uma preocupação com o futuro dos jovens, que saem para trabalhar no corte de cana e lavouras por um salário-mínimo, ou quando formados, têm a influência de escolas que não discutem cultura e realidade regional ou de cursos técnicos enviesados para o agronegócio.

Nas oficinas, foram elencados vários temas prioritários e possíveis ações ou iniciativas a serem trabalhados durante o projeto, apresentados a seguir:

Temas	Possíveis ações e atividades	Indicadores
Terra, água e biodiversidade	Assessoria jurídica para questões fundiárias e informações sobre reconhecimento das comunidades tradicionais de fundo e fecho de pasto e seus direitos	Número de comunidades assessoradas, denúncias e ações impetradas na justiça estadual e federal, número de comunidades reconhecidas e com seus territórios demarcados
	Monitoramento dos territórios e qualificação de denúncias a violação de direitos e respeito de danos ambientais.	Número de comunidades monitorando seus territórios e expedições de monitoramento; Número de relatórios ou denúncias encaminhados aos órgãos de defesa do meio ambiente
	Retomada de programas de instalação de cisternas	Número de tecnologias instaladas, volume de água armazenado, número de famílias com acesso às tecnologias ampliado
	Ampliação de ações de Manejo Integrado do Fogo (MIF)	Número de cursos e capacitações realizadas, número de queimadas prescritas realizadas, número de participantes em brigadas, número de brigadas organizadas e equipadas
Criação de animais	Melhorar acesso aos fechos e infraestrutura de apoio (ranchos)	Incremento na produtividade dos rebanhos, diminuição no custo da produção, incremento da renda gerada; maior presença de mulheres nos fechos.
	Manutenção das cercas (monitoramento, limpeza e aceiro)	
Agroextrativismo: produção, beneficiamento e comercialização	Ampliação do uso de sementes crioulas, implantação de bancos e casas de sementes	Volume de produção, renda gerada, novas culturas incorporadas no sistema produtivo, variedades crioulas resgatadas, redução do uso de agrotóxicos entre as famílias envolvidas, novos mercados acessados, número de famílias obtendo renda a partir das iniciativas apoiadas pelo projeto
	Fortalecimento dos quintais produtivos e hortas	
	Valorização da agricultura familiar e produção agroecológica	
	Fortalecimento da meliponicultura e apicultura	
	Apoio a vendas on-line de produtos, por meio de capacitação e acesso a aparelhos	
	Apoio ao beneficiamento e regularização de produtos como polpas, doces, sabonetes e plantas medicinais	

Artesanato	Apoio à produção e comercialização do artesanato; Oficinas para repassar conhecimento entre gerações	Incremento da renda gerada, novos mercados acessados, quantidade de produtos comercializados e número de famílias atendidas
Mulheres e jovens	Apoiar processos formativos visando autonomia política, organização produtiva e geração de renda, para o enfrentamento da violência contra a mulher e garantia dos espaços conquistados	Número de mulheres envolvidas na direção das associações, número de iniciativas protagonizadas por mulheres e jovens, número de jovens capacitados em comunicação popular
Inserção de jovens e mulheres formados nas EFAs na assistência técnica e extensão rural	Capacitar jovens com oficinas de comunicação popular para gerar conteúdo para redes sociais	
Fortalecimento das Associações	Fortalecimento de organizações de base comunitária para fazer sua gestão institucional e incidência política para gestão territorial	
Ampliar o papel das organizações locais para discutir temas como agrotóxicos, meio ambiente, mutirões e sementes crioulas	Ampliar a troca de experiências e intercâmbios entre as regiões	

ALTO VALE DO JEQUITINHONHA - MINAS GERAIS

A paisagem do Alto Vale do Jequitinhonha faz parte do semiárido mineiro e representa uma região de transição entre os biomas Cerrado e Caatinga. É caracterizada por uma topografia de planaltos (chapadas) e de vales (grotas), onde se localizam as propriedades agrícolas e povoados. Os planaltos, com solos mais arenosos, já foram cobertos por vegetação de Cerrado intercalada com veredas e córregos, e eram tradicionalmente utilizados pelas comunidades dos vales para o pastoreio extensivo de gado, coleta de frutos do Cerrado e outros produtos, além da caça. A agricultura era realizada nos vales, em locais com solos mais férteis, em encostas mais suaves e fundos de vale.

A transformação da vegetação nativa do Cerrado das chapadas em plantações de eucalipto nas últimas décadas resultou em uma série de impactos sociais e ambientais emaranhados. Além da perda de áreas comuns que eram utilizadas para pastar o gado e a coleta de produtos extrativistas, os plantios de eucalipto trouxeram impactos hidrológicos, pois consomem significativamente mais água do que a vegetação nativa do Cerrado. Além dos efeitos de mudanças climáticas e periodicidade das chuvas, a monocultura de

eucalipto vem agravando a escassez de água na região, reduzindo e até secando completamente o volume de água de rios, veredas, nascentes, poços e riachos e afetando o abastecimento de água para as comunidades nos vales.

A escassez de água, secas prolongadas e baixa produtividade agrícola, aliados ao baixo nível de investimentos públicos e privados, infraestrutura e serviços básicos precários, contribuem para agravar a pobreza e o êxodo rural. A falta de disponibilidade de água para as comunidades rurais foi apresentada como a principal ameaça na paisagem do Alto Jequitinhonha em ambas as oficinas, em 2019 e 2022, sendo uma questão crítica para o bem-estar dos agricultores e sua capacidade de manter animais, cultivar vegetais e processar certas culturas.

O cultivo agrícola é realizado em encostas e fundos de vale, onde há solos mais férteis. As principais culturas são milho de sequeiro, feijão, mandioca, cana-de-açúcar, com algumas hortaliças cultivadas na estação seca com irrigação por água da chuva armazenada. A região tem forte tradição de beneficiamento artesanal para comercialização local, produzindo queijos, blocos de açúcar mascavo e farinhas de mandioca e milho, geralmente vendidos nas feiras locais em cidades próximas.

Os quintais das casas também são importantes espaços produtivos, fornecendo frutas, legumes e especiarias. O cultivo de hortaliças na estação seca é uma prática que se expandiu devido à disseminação de tecnologias como as cisternas para armazenar a água da chuva coletada nos telhados, permitindo a irrigação na estação seca.

Por meio da Iniciativa Satoyama, a paisagem fez parte do Programa GEF-5 *Small Grants* desenvolvido no Brasil pelo ISPN de 2015 a 2017, onde foram realizadas diversas ações exitosas em relação à conservação do solo e da água pelas comunidades rurais do município de Veredinha. Entre as ações estão a gestão integrada dos recursos hídricos, práticas de conservação do solo, recuperação de áreas degradadas e uso dos recursos do Cerrado para geração de renda, entre outros temas.

Em termos de novas tecnologias ou inovações a serem testadas como parte da estratégia de paisagem, há biodigestores para produção de gás de cozinha, sistemas sépticos de evapotranspiração e diferentes modelos de cisternas de águas pluviais e a energia solar.

Nas oficinas, foram elencados vários temas prioritários e possíveis ações ou iniciativas a serem trabalhados durante o projeto:

Temas	Possíveis ações e atividades	Indicadores
Água e biodiversidade	Promoção e manutenção de tecnologias de captação de água da chuva e tecnologias sociais de baixo custo	Número de tecnologias instaladas, volume de água armazenado, número de famílias com acesso à água ampliado; área degradada (ha) em processo de recuperação
	Realizar análise de qualidade da água e resíduos de agrotóxicos no solo	
	Elaborar instrumentos de gestão da água e capacitação	

Temas	Possíveis ações e atividades	Indicadores
	Recuperação de nascentes e outras áreas degradadas	
Criação de animais	Aprimoramento do manejo das criações	Incremento na produtividade, diminuição no custo da produção, incremento da renda gerada
	Melhorar ou aumentar a formulação de ração com produtos locais	
Produção, beneficiamento e comercialização	Promoção de sistemas agroecológicos, agroflorestais, quintais produtivos ou hortas	Volume de produção; renda gerada; novas culturas incorporadas no sistema produtivo; variedades crioulas resgatadas; número de famílias recebendo assistência técnica; novos mercados acessados; número de feiras funcionando; número de famílias obtendo renda a partir das iniciativas apoiadas pelo projeto; número de famílias e jovens beneficiados com crédito solidário
	Assistência técnica para as famílias produtoras, com ênfase à produção e certificação orgânica	
	Apoiar o beneficiamento e comercialização de frutas e castanhas e produtos do Cerrado	
	Retomada e ampliação das feiras	
	Apoiar pequenas agroindústrias de mandioca, cana-de-açúcar, entre outros	
	Melhorar o transporte para comercialização dos produtos e apoio para participação em feiras e outros mercados	
	Oferecer crédito por meio do Fundo Rotativo Solidário (com enfoque nos jovens)	
Artesanato	Reconhecimento e valorização do artesanato	Incremento da renda gerada, novos mercados acessados, quantidade de produtos comercializados e número de famílias atendidas
	Intercâmbio e capacitação	
	Aprimoramento do acesso a mercados, por exemplo vendas digitais	
Mulheres e jovens	Criação de espaço reservado para mulheres nas associações e de organizações tocadas por mulheres e para mulheres	Número de iniciativas protagonizadas por mulheres e de espaços reservados para mulheres; número de mulheres capacitadas; número de jovens inseridos nas associações e projetos; número de professores da educação no campo participando das ações dos projetos
	Promover ações de capacitação sobre violência contra a mulher e autoestima	
	Criação de espaços para jovens participarem mais ativamente nas associações e nos projetos	
	Apoiar a educação no campo e a formação de professores	
Gestão territorial/ incidência política	Fortalecimento de organizações de base comunitária	Número de organizações envolvidas e fortalecidas por meio das ações do projeto; ações coletivas de diálogo com o poder
	Promover a autoafirmação e reconhecimento	



Temas	Possíveis ações e atividades	Indicadores
	enquanto população tradicional	público; número de comunidades com acesso à internet; novas tecnologias testadas na paisagem
	Estabelecer relação propositiva com o poder público visando o fortalecimento das comunidades e a conservação ambiental	
	Ampliar o acesso à internet rural	
	Promoção de energias alternativas	

ANEXO C – Mapas das paisagens

[Clique aqui para acessar o mapa da Paisagem do Cerrado do Oeste Baiano](#)

[Clique aqui para acessar o mapa da Paisagem do Alto Vale do Jequitinhonha](#)